

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE – *PROLEGÔMENOS A TODO CONHECIMENTO CONSTITUCIONAL*

CAPÍTULO I – Problemática do Conhecimento Constitucional

1. A questão.....	21
2. Dúvida e redução fenomenológica.....	22
3. Objeto da constituição	25
4. O Estado.....	27

CAPÍTULO II – Possibilidade do Conhecimento Constitucional

1. A questão.....	29
2. Objeto constitucional.....	30
3. Dogmática e dogmatismo constitucional	31
4. Cognitivismo ou não cognitivismo constitucional.....	34
5. Relativismo constitucional	35

CAPÍTULO III – A Busca, na História, do Conhecimento Constitucional: O Constitucionalismo

1. Constitucionalismo e constituição	39
2. Constituição como modo de ser de objetos.....	39
3. O Estado.....	40
4. <i>Polis</i> e <i>politeia</i>	41
5. <i>Civitas</i> e <i>constitutio</i>	43
6. Desagregação estatal.....	48
7. O constitucionalismo	51
8. Inspirações do constitucionalismo.....	52
9. Constitucionalismo social.....	54
10. Neoconstitucionalismo	57

SEGUNDA PARTE – *ONTOLOGIA CONSTITUCIONAL*

TÍTULO I – O SER CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO I – Constituição

1. A constituição escrita.....	59
2. Rigidez e supremacia da constituição	62

3.	Objeto e conteúdo das constituições	64
4.	Constituição descritiva e constituição normativa.....	65
5.	Constituição dirigente.....	66
6.	A Constituição inglesa.....	69
7.	Evolução recente da Constituição inglesa.....	73

CAPÍTULO II – Concepções sobre a Constituição

1.	Introdução	75
2.	Contratualismo e racionalidade constitucional	75
3.	Racionalismo e idealismo constitucional.....	86
4.	Empirismo e realismo constitucionais.....	91
5.	Institucionalismo constitucional.....	102
6.	Sociologismo constitucional.....	116
7.	Constituição em sentido político	120
8.	Constituição em sentido jurídico.....	122
9.	Integralismo constitucional	124
10.	Concepção da integridade de Dworkin	128
11.	Conceito estrutural de constituição	129
12.	Concepção culturalista de constituição	134
13.	Conclusão.....	140

CAPÍTULO III – Fundamento do ser Constitucional (Validade)

1.	Controvérsias sobre o tema	141
2.	Validade e legitimidade da Constituição	151
3.	“Normas constitucionais inconstitucionais?”.....	158
4.	Recapitulação conclusiva	167

CAPÍTULO IV – O Poder Constituinte

1.	Questão de ordem	173
2.	Poder constituinte e constituição.....	173
3.	Modernidade do poder constituinte.....	176
4.	Natureza do poder constituinte originário.....	187
5.	Atuação do poder constituinte	195
6.	Exercício do poder constituinte	196
7.	Assembleia Constituinte soberana	198
8.	Processo constituinte	200
9.	Convocação da Assembleia Nacional Constituinte	202
10.	O poder popular e procedimento	203
11.	Conclusão.....	204

CAPÍTULO V – Defesa da Constituição

1.	Pressupostos e conceito	207
2.	Defesa política da constituição.....	208
3.	Defesa jurídica da constituição.....	209

4.	Princípio da constitucionalidade	210
4.1.	Conceito e conteúdo	210
4.2.	Limitações ao poder de reforma constitucional	212
4.3.	As funções da reforma constitucional	214
4.4.	Jurisdição constitucional	215
4.4.1.	Introdução	215
4.4.2.	Sistemas de controle	216
4.4.3.	Sistema brasileiro	219
4.4.4.	A Constituição de 1988	221
4.4.5.	Inconstitucionalidade por omissão	222
5.	Princípio da proteção dos direitos fundamentais	224
6.	O princípio democrático	225
7.	Conclusão	226

CAPÍTULO VI – Mudanças Constitucionais

1.	Estabilidade e mudança das constituições	227
2.	Formas de mudança constitucional	228
3.	Conceito e fundamento das mutações constitucionais	230
4.	Tipos de mutações constitucionais	233
5.	Os atos de complementação constitucional	234
6.	A interpretação e a construção constitucionais	237
7.	As práticas político-sociais	240
8.	Limites das mutações constitucionais	241

CAPÍTULO VII – Extinção das Constituições

1.	A vida das constituições	245
2.	Modos de extinção da constituição	246
3.	A revolução	249
4.	Natureza da revolução	252
5.	Revolução e poder constituinte	254
6.	Golpe de estado	256
7.	A guerra civil	257

TÍTULO II – ONTOLOGIA DAS REGRAS CONSTITUCIONAIS

Subtítulo I – TEORIA DAS REGRAS CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO I – O Ser das Regras Constitucionais

1.	Premissa	259
2.	Regras de direito	260
3.	Regra e norma	261
4.	Riscos do pós-positivismo	265
5.	A doutrina de Alexy e os elementos da Constituição	267

CAPÍTULO II – Regras dos Jogos e Regras Constitucionais

1. Introdução	269
2. Regras do jogo: Searle, Ross e Raz	271
3. Regras do jogo: Gregorio Robles	274
4. Âmbito espacial do jogo e do direito	275
5. Os três tipos de regras	277
6. Regras de direito constitucional	278
7. A classificação de Duguit	279
8. A tipologia de Luís Roberto Barroso	280
9. Espécies de normas constitucionais de Celso Antônio Bandeira de Mello	281
10. Três tipos de regras constitucionais	282

CAPÍTULO III – Regras Constitucionais Ônticas

1. Conceitos	283
2. Espaço ôntico do jogo constitucional	284
3. As peças ônticas do poder estatal	285
4. Regras que conferem poderes	286
5. Regras de competência	287
6. Natureza das regras de competência	292
7. Regras de competência e regras permissivas	296
8. Cumprimento das regras ônticas	300
9. Conclusão	301

CAPÍTULO IV – Regras Constitucionais de Procedimento

1. Introdução	303
2. Regras constitucionais de procedimento	303
3. Procedimentos imanentes e dirimentes	304
4. Procedimentos jurisdicionais	305
5. Procedimentos do Poder Executivo	306
6. Procedimentos do Poder Legislativo	317
7. Procedimento das emendas constitucionais	320
8. Procedimentos de formação das leis orçamentárias	324
9. Responsabilidade do Presidente da República	326
10. Natureza das regras de procedimento	329
11. Cumprimento das regras de procedimento	330

CAPÍTULO V – Regras Constitucionais Deônticas e Normas Constitucionais

1. Jogos de homens e regras de conduta	331
2. Estruturas das regras constitucionais	333
3. Teoria das normas jurídicas e normas constitucionais	334
4. Relação jurídica constitucional	338
5. Cumprimento das regras deônticas	339

Subtítulo II – TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (Categorias)

CAPÍTULO VI – Fundamentação dos Direitos Fundamentais

1. Introdução	341
2. Uma prestigiosa teoria dos direitos fundamentais	342
3. Uma teoria geral dos direitos fundamentais.....	344
4. Fontes de inspiração	344
5. Conceito de direitos fundamentais	347
6. Caracteres dos direitos fundamentais	350
7. Classificação dos direitos fundamentais	351
8. Integração das categorias de direitos fundamentais.....	352
9. Direitos e garantias dos direitos	352

CAPÍTULO VII – Teoria dos Direitos Individuais (Vida, Igualdade, Liberdade)

1. Conceito de direito individual	355
2. Classificação dos direitos individuais	356
3. Direito à vida.....	357
3.1. A vida como objeto do direito	357
3.2. Direito à existência	358
3.3. Direito à integridade física	358
3.4. Direito à integridade moral.....	360
3.5. Vida privada.....	360
4. Liberdade e igualdade como valores da democracia	361
5. Direito de igualdade.....	363
5.1. Introdução ao tema	363
5.2. Igualdade, equidade e justiça.....	364
5.3. Isonomias formal e material.....	367
5.4. O sentido da expressão “igualdade perante a lei”	368
5.5. Igualdade de homens e mulheres	370
5.6. Igualdade “sem distinção de qualquer natureza”	371
5.7. Discriminações e inconstitucionalidade.....	371
6. Direito de liberdade	373
6.1. Questão de ordem.....	373
6.2. Liberdade interna e liberdade externa	373
6.3. Conteúdo do direito de liberdade	374
7. Eficácia das normas constitucionais sobre as liberdades.....	374
8. Sistemas de restrições das liberdades individuais.....	375

CAPÍTULO VIII – Teoria dos Direitos Individuais (Segurança e Propriedade)

1. Segurança.....	377
1.1. Introdução	377
1.2. Conceito de segurança.....	377

1.3.	A segurança e os valores do direito.....	378
1.4.	O princípio constitucional e a segurança do direito.....	379
1.5.	Conceito de segurança jurídica	380
1.6.	A segurança como garantia	381
1.7.	Segurança como proteção dos direitos subjetivos	382
1.8.	Segurança como direito social.....	385
1.9.	Segurança por meio do direito	386
1.10.	Segurança e garantismo.....	390
2.	A propriedade.....	391
2.1.	Fundamento constitucional	391
2.2.	Conceito e natureza	392
2.3.	Regime jurídico da propriedade privada.....	393
2.4.	Propriedade e propriedades	394
2.5.	Propriedades especiais	395
3.	Função social da propriedade	398
3.1.	Questão de ordem	398
3.2.	Conceito e natureza	398
3.3.	Função social e transformação do regime de propriedade	399
3.4.	Limite: conteúdo essencial mínimo da propriedade	400

CAPÍTULO IX – Teoria dos Direitos Sociais

1.	Estado da questão	403
2.	Direitos sociais e direitos econômicos	403
3.	Conceito de direitos sociais	404
4.	Polêmica sobre a natureza dos direitos sociais	406
5.	Fundamentação dos direitos sociais	413
6.	Integração harmônica dos direitos.....	415

CAPÍTULO X – Direitos Fundamentais de Solidariedade (Coletivos e Difusos)

1.	Questão de ordem	421
2.	Direitos coletivos e direitos difusos	422
3.	Os novos direitos do homem	423
4.	Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	424
5.	Direito do consumidor	429
6.	Direito ao desenvolvimento.....	430
7.	Direito fundamental à paz	431
8.	Direitos dos índios	432
8.1.	Índio	432
8.2.	Direitos dos índios.....	433
8.3.	Organização social dos índios: comunidade, etnia e nação	433
8.4.	Direitos sobre as terras indígenas.....	434

8.5. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	435
8.6. O indigenato.....	436

CAPÍTULO XI – Eficácia das Normas de Direitos Fundamentais

1. Introdução	439
2. Eficácia dos direitos individuais.....	440
2.1. Consideração prévia	440
2.2. Premissas da crítica	441
2.3. A questão terminológica	442
2.4. A questão classificatória	443
2.5. A questão da existência das normas de eficácia contida.....	444
3. Progressividade e não regressividade.....	453
4. Positivização como pressuposto de sua eficácia.....	455
5. Reserva do possível e mínimo existencial	458
6. Obrigações estatais	465
7. Eficácia dos direitos fundamentais em face de terceiros	466

CAPÍTULO XII – Harmonia e Colisão dos Direitos Fundamentais

1. Harmonia dos direitos fundamentais.....	469
2. A questão das gerações dos direitos fundamentais	469
3. Conflitos normativos	471
4. Colisão entre direitos fundamentais	474
5. Natureza dos direitos em colisão.....	475
6. Ponderação e valores	479
7. Restrições.....	481

TÍTULO III – ONTOLOGIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO I – O Ser dos Princípios

1. Colocação do tema.....	485
2. Noção de princípio.....	486
3. O que não é princípio.....	487
4. Princípios jurídicos	489
5. Origem e formação dos princípios jurídicos	492
6. Constitucionalização de princípios jurídicos	496
7. Princípios e valores.....	497
8. O principialismo constitucional.....	498

CAPÍTULO II – Os Princípios no Sistema Constitucional

1. O ser dos princípios constitucionais.....	503
2. Positividade dos princípios constitucionais	505
3. Os princípios do constitucionalismo brasileiro.....	506
4. Os princípios segundo a Constituição de 1988.....	510

5.	Tipologia dos princípios constitucionais	512
5.1.	Algumas considerações terminológicas	512
5.2.	Tipos de princípios constitucionais	513
5.3.	Princípios constitucionais fundamentais	514
5.4.	Princípios fundamentais e princípios gerais do Direito Constitucional	515
6.	Princípios institucionais (regionais)	516
7.	Disposições programáticas e princípios constitucionais	516
8.	Conclusão	517

CAPÍTULO III – Natureza dos Princípios Constitucionais

1.	Revolução e princípios constitucionais	519
2.	Uma questão de princípios e de regras	520
3.	Princípios constitucionais ônticos	521
3.1.	O princípio da constitucionalidade	521
3.2.	O princípio federalista	522
3.3.	O princípio republicano	524
3.4.	O princípio da divisão de poderes	525
4.	Princípios procedimentais	526
5.	Princípios constitucionais deônticos	530
5.1.	Generalidades	530
5.2.	O Estado Democrático de Direito	531
5.3.	O princípio democrático	536
5.4.	O princípio da legalidade	536
5.4.1.	Conceito	536
5.4.2.	O princípio da legalidade e o da reserva de lei	537
5.4.3.	Legalidade e legitimidade	539
5.5.	O princípio da liberdade e regras da liberdade	540
5.5.1.	A ideia de liberdade	540
5.5.2.	Liberdade e necessidade	541
5.5.3.	O problema da conceituação	542
5.5.4.	Liberdade e liberação	544
5.5.5.	Liberdade e democracia	544
5.6.	O princípio da igualdade	545
5.6.1.	Princípio e regras da igualdade	545
5.6.2.	Ideia de igualdade	545
5.7.	Liberdade e igualdade, uma vinculação intrínseca	547
5.8.	Princípios do direito social	550
5.9.	Princípios dos direitos de solidariedade	551
6.	Conclusão	551

CAPÍTULO IV – Fenomenologia dos Princípios Constitucional

1.	Questão de ordem	553
2.	Natureza material dos princípios	553

3.	Relevância dos princípios	555
4.	Função dos princípios	557
5.	Eficácia dos princípios constitucionais	559

TERCEIRA PARTE – GNOSEOLOGIA CONSTITUCIONAL

TÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL COGNOSCITIVA

CAPÍTULO I – Cognoscibilidade do Ser Constitucional (Hermenêutica e interpretação constitucionais)

1.	Questão de ordem	563
2.	Hermenêutica e interpretação	564
3.	Interpretação	568
4.	Função da interpretação	588
5.	Objeto da interpretação	591
6.	Sujeitos da interpretação	594
6.1.	O intérprete	594
6.2.	Quem pode ser sujeito da interpretação	595
7.	Natureza da interpretação	598
8.	Superinterpretação e subinterpretação	600
9.	Aplicação	601

CAPÍTULO II – Teoria dos Textos Constitucionais

1.	Colocação do tema	605
2.	Noção de texto	606
3.	Texto e interpretação	607
4.	Texto e textualismo	608
5.	Formato do texto constitucional	609
6.	Sujeito do texto constitucional	610
7.	Texto e matéria constitucional	613
8.	Intertexto constitucional. O diálogo constitucional	615
9.	Intertextualidade e metalinguagem constitucional	618
10.	Texto e compreensão	619

CAPÍTULO III – Teoria dos Enunciados Constitucionais

1.	Colocação do tema	621
2.	Tipos e noção de enunciados	621
3.	A doutrina de Austin	624
4.	Aplicação da doutrina aos enunciados constitucionais	629
5.	Verbos e expressões	634
6.	Dêixis constitucionais	637
7.	Pressuposição jurídica e pressuposto jurídico	644
8.	Enunciado e proposição	651
9.	Dispositivo, disposição, preceito, prescrição e enunciado	656

CAPÍTULO IV – Teoria das Significações Jurídicas

1. Questão de ordem	659
2. Considerações especiais sobre a significação	662
3. Sentido jurídico.....	663
4. Sentido, contexto, interpretação	667
5. O significado das regras jurídicas	669
6. Elementos do discurso jurídico	670
7. Uma abordagem do ponto de vista do texto constitucional.....	672

TÍTULO II – TEMAS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL***CAPÍTULO I – Considerações Gerais sobre a Hermenêutica Constitucional***

1. Interpretação constitucional.....	677
2. Hermenêutica contextual	678
2.1. Texto e contexto.....	678
2.2. Sentido do texto constitucional: de onde vem?	679
2.3. Tarefa da hermenêutica constitucional.....	680
2.4. Hermenêutica das palavras.....	681
2.5. Hermenêutica do espírito.....	681
2.6. Conceito de hermenêutica contextual	682
3. Originalismo e intenção do constituinte	685
4. Jurisdição constitucional e interpretação constitucional.....	690
5. Presunção de constitucionalidade e de inconstitucionalidade	692
6. Interpretação conforme a constituição	694
7. Sentenças interpretativas	697
8. Regras jurídicas sobre interpretação.....	698

CAPÍTULO II – Formação da “Norma Subconstitucional”

1. Conceito de normas subconstitucionais	701
2. Precedente	703
3. Contribuição dos advogados	703
4. Audiências públicas	704
5. “Balancing”, ponderação e sopesamento	705
6. Argumentação	708
7. Proporcionalidade	709
8. O princípio da razoabilidade	713
9. A tópica	722

CAPÍTULO III – Formas da Interpretação Constitucional

1. Questão de ordem	729
2. Enunciados e interpretação.....	729
3. Apropriação	730
4. Interpretação explicativa.....	731

5.	Interpretação referencial	733
6.	Interpretação compreensiva.....	734

CAPÍTULO IV – Interpretação dos Direitos Fundamentais e Jurisprudência dos Valores

1.	Introdução	735
2.	Interpretação e categorias dos direitos fundamentais	738
3.	A dignidade da pessoa humana como diretiva da interpretação.....	738
4.	O STF e a interpretação das normas dos direitos individuais.....	740
4.1.	A igualdade	740
4.1.1.	Igualdade e orientação sexual.....	741
4.1.2.	Igualdade e ação afirmativa	742
4.2.	Livre manifestação do pensamento.....	745
4.3.	Liberdade de informação jornalística.....	746
4.4.	Liberdade de expressão	750
4.5.	Liberdade de ação profissional.....	751
4.6.	Direito de defesa	752
4.7.	Algemas	754
4.8.	Anonimato	754
4.9.	Direito de propriedade.....	755
5.	Interpretação de normas de direitos sociais	757
5.1.	O STF e o direito à educação	757
5.2.	O STF e o direito à saúde	758
5.3.	O STF e o direito de família.....	761
5.4.	Direito de greve	766
6.	O STF e a interpretação dos direitos solidários	767
6.1.	Direito ao meio ambiente	767
6.2.	Direito dos índios.....	768
7.	O STF e a eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.	771
8.	Restrições de direito	771
9.	Jurisprudência dos valores.....	773
9.1.	Jurisprudência dos valores e constitucionalização de direitos.....	775
9.2.	Fundamento constitucional para a constitucionalização de novos direitos.....	778
10.	Conclusão.....	779

<i>SÍNTESE CONCLUSIVA</i>	781
--	-----

<i>BIBLIOGRAFIA</i>	787
----------------------------------	-----